

AS BASES SOCIAIS DA VOCAÇÃO RELIGIOSA: seleção e recrutamento de elites eclesiais no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX.

Wheriston Silva Neris*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir as perspectivas metodológicas e problematizar os resultados parciais da pesquisa em andamento sobre os mecanismos de seleção e recrutamento de elites eclesiais no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX. Através dela, busca-se apreender os processos de estruturação, funcionamento e transformações na hierarquia eclesial, os quais correspondem às próprias transformações do espaço católico dentro do campo do poder. Nesse sentido, o trabalho visa investigar três dimensões associadas: 1) as origens sociais do corpo de padres, através de uma pesquisa sistemática no acervo eclesial local (especialmente nos autos de patrimônio, gênero, vida e moribus, - resultantes do processo de ordenação sacerdotal - e de oposição, i.e, de propositura a cargos vacantes); 2) as instituições de iniciação e formação na vida eclesial, em especial os seminários episcopais, responsáveis pela inculcação do habitus sacerdotal (regulamentos, cadeiras, disciplina) e 3) as estratégias de elaboração e apresentação de discursos institucionais, visando legitimar a posição da Igreja como instituição capaz de falar com autoridade sobre uma gama variada de temas (especialmente através dos periódicos católicos).

Palavras-Chave: vocação religiosa; recrutamento; elites eclesiais.

RÉSUMÉ: L'objectif de ce travail est discuter les perspectives méthodologiques et poser sous problème les résultats partiels de la recherche en progrès sur les mécanismes d'élection et le recrutement d'élites ecclésiastiques dans le Bispado du Maranhão dans seconde moitié du siècle XIX. À travers elle, il se cherche appréhender les processus de structuration, de fonctionnement et de transformations dans la hiérarchie ecclésiastique, qui correspondent aux propres transformations de l'espace catholique à l'intérieur du champ du pouvoir. Dans ce sens, le travail vise à enquêter trois dimensions associées : 1) les origines sociales du corps de prêtres, à travers une recherche systématique dans la quantité ecclésiastique locale (spécialement dans les actes de patrimoine, genre, de vita et de moribus, - résultant du processus de rangement sacerdotale - et d'opposition, d'i.e, de requête à des charges vides) ; les 2) institutions d'initiation et la formation dans la vie ecclésiastique, en particulier les séminaires épiscopal, responsables de l'inculcação de la habitus sacerdotal (des règlements, des chaises, discipline) et des 3) stratégies d'élaboration et de la présentation de discours institutionnels, en visant à légitimer la position de l'Église je mange institution capable de parler avec autorité sur un gamma varié de sujets (spécialement à travers les périodiques catholiques).

Mots - clés: vocation religieuse ; recrutement ; élites ecclésiastiques.

1. Introdução.

Persecurar a lógica profunda do recrutamento do corpo de padres na segunda metade do século XIX e sua evolução correlativa às dinâmicas de disputa com o universo laico e as

* Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (DEHIS/UFMA), em Pedagogia Magistério pela Universidade Estadual do Maranhão (CECEN/UEMA), Especialista em História do Maranhão (DEHIS/UFMA), Mestrando em Ciências Sociais (PPGCSO/UFMA) e pesquisador do Grupo de Pesquisas História e Religião (DEHIS/UFMA).

transformações nas formas de exercício da função religiosa não oferece menos problemas ao investigador que o estudo de qualquer figuração social que já tenha sido objeto de investigações.

Primeiramente por que se deve levar em conta a especificidade de estar-se em pauta a explicitação dos princípios e critérios de seleção e recrutamento de uma elite culturalmente dominante e periférica, de uma profissão determinada. Em seguida, o fato de esses mesmos agentes estarem empenhados na manutenção de uma unidade profissional, formulada em termos de uma “grande família”, visando apagar as diferenças, os conflitos, as lutas internas e, com isso, os próprios princípios que se pretende explicar no presente trabalho. Tais operações fundamentam e são fundamentadas ainda por uma série de resistências ao tratamento da vocação religiosa como um fato social, explicável pelo próprio social, posto que vivenciada pelos agentes como fenômeno alheio a qualquer explicação que não aquela do “chamamento espiritual”, do “livre arbítrio” (SEIDL, 2003; SUAD, 1975). Denegado por um conjunto de procedimentos realizados por agentes institucionais¹, e mistificado por uma linguagem formulada em termos propriamente religiosos da crença, que impedem inclusive que se pense o exercício religioso em termos de “profissão” ou “carreira”, os condicionantes que estão na base da produção social desse grupo são sempre explicados como “mistérios humanamente inexplicáveis” (SEIDL, 2003).

De maneira geral, tenho me inspirado em recursos analíticos postos em relevo em outros contextos (BOURDIEU & SAINT-MARTIN, 1987; CORADINI, 1997; SEIDL, 2003) donde foi possível retornar às pesquisas empíricas já iniciadas na monografia e sugerir algumas pistas de investigação, novos quadros de reflexão. Através desse expediente, discutiremos as perspectivas metodológicas e problematizaremos os resultados parciais da pesquisa em andamento sobre os mecanismos de seleção e recrutamento de elites eclesiásticas eclesiásticas no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX.

O desafio de explicar os condicionantes sociais da produção vocacional explicando o “social pelo social” exige submeter a análise a própria formação histórica da instituição e as classificações que a mesma (re)elabora através do seu corpo de agentes. Esse desvio pelo estudo do passado, evidencia que o seu funcionamento está inscrito em uma lógica de reprodução social exercida, entre outros, através dos mecanismos de ajustamento dos agentes

¹ A idéia de uma “vocação sacerdotal” consiste, na realidade, em um instrumento simbólico de defesa do corpo dos padres servindo à produção, reprodução e controle daquilo que é o princípio de seu próprio poder religioso, a fronteira entre padres e leigos (SUAUD, 1974).

à instituição, tais como a formação recebida nos seminários e o próprio processo de habilitação sacerdotal.

2. Observações preliminares sobre a formulação do problema.

1. Como produto institucional adaptado, a igreja católica era uma estrutura organizativa e escolar que estivera desde muito submetida a modificações baseadas em modelos exógenos importados da Europa e que, por efeito da união entre Igreja-Estado vigente de maneira formal até a Proclamação da República (1989), estava predisposta a assumir uma posição ambígua: resultado da tentativa de conservar um duplo sistema de lealdades que era fonte potencial e permanente de conflitos². Quer dizer, se por efeito do Padroado o padre poderia ser considerado como um funcionário público, pago pelos cofres do Governo, por outro lado, não deixava de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história se tinha empenhado em longas batalhas contra o mesmo Estado pelo controle do poder político (CARVALHO, 1996, p. 165).

Até o momento, as pesquisas que temos realizado têm apontado para o fato de que as regras institucionais de controle e reprodução importadas de Roma no século XIX e que fundamentariam a construção e execução de um programa de reformas da e pela hierarquia eclesiástica, tratadas na historiografia através das categorias analíticas de Romanização e/ou Ultramontanismo³, não apenas deixaram de ser homólogas ao contexto de origem e às pretensões institucionais, como também sofreram um processo de hibridização que gerou tensões e radicalismos resultantes da combinação entre ethos e racionalidades distintas.

O reconhecimento da Igreja como uma instituição adaptada, como parte de uma série de produtos (instituições, ideologias, filosofias, etc.) importados dos países ditos “ocidentais” – isto é, europeus, impõem a necessidade de distinguir as transformações ocorridas na instituição como um todo, situando os mecanismos gerais e os efeitos de conjunto derivados de determinadas orientações assumidas, como também entender de que maneira ela se expande e assume formas mais concretas, regionais, específicas.

² Na segunda metade do século XIX, esse longo processo de desajustes e tensões entre Igreja, Estado e Sociedade (que se faziam acompanhar de variações entre novos e antigos padrões na “balança de poderes” entre grupos, classes, instituições e indivíduos) expressou-se de maneira mais evidente através de inúmeros episódios, entre os quais a mais conhecida seria a Questão Religiosa, razão pela qual se reconhece que nesse período tenha sido gerado o seu mais intenso e conflituoso processo no Brasil, como um todo, e no Maranhão (NERIS, 2007).

³ Os conceitos de Romanização e Ultramontanismo são utilizados nas análises historiográficas como correlatos e tentam dar conta da política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países, numa tentativa de retomar os valores tridentinos – abrandados ou deturpados ao longo do tempo, para enfrentar as inovações do mundo moderno e, em especial, o liberalismo (NERIS, 2007).

Efetivamente, as principais instituições eclesiásticas no Brasil foram criadas em cidades litorâneas, acompanhando a própria administração civil. Os principais bispados foram criados em regiões que ofereciam maiores impostos e riquezas à coroa portuguesa, onde a igreja teria mais recursos para criar e manter sua estrutura. A diocese de São Luiz do Maranhão⁴ centralizava-se, então, na chamada Zona de São Luis, cuja importância simbólica derivava ainda do fato de nela localizar-se a capital da Província do Maranhão (capital da antiga Capitania do Maranhão), sede do poder político, do alto comércio e da própria Igreja Católica – São Luis funcionava como uma espécie de centro de decisões no período.

Aquilo a que chamamos de Bispado do Maranhão, mais do que um dado objetivo, corresponde a uma maneira de recortar o espaço geográfico, a uma modalidade de territorialização realizada pelos representantes da Igreja Católica e que visavam controlar e garantir um amplo território para a religião oficial do Estado, operando, em regime de monopólio, a exclusão de quaisquer outras crenças nele existentes. O bispado ou diocese do Maranhão correspondia, na realidade, a um espaço híbrido, feito de muitos lugares. Dessa “colcha de retalhos”, onde haviam diferenças locais muito marcantes, eram selecionados o conjunto de agentes que seriam submetidos a um longo trabalho de imposição de percepções sobre a vida religiosa, realizado por diversos instrumentos de produção vocacional, visando constituir um corpo de religiosos intercambiáveis, cultural e religiosamente homogêneos, e que incorporassem o dever de produzirem, eles mesmos, novas vocações.

3 O processo de (re)produção social do Clero.

Dado que o processo de produção e reprodução social do clero “é, em particular, daquela minoria guindada aos postos de comando, estende-se ao longo processo de (de)formação escolar e de iniciação na vida propriamente eclesiástica” (MICELI, 1988), tem-se que o princípio da análise dos padrões de recrutamento atente justamente para as conexões detidas com a lógica pedagógica e com o trabalho de disciplinamento e ajustamento realizado dentro de suas instituições promotoras.

⁴ Existe uma convergência semântica na utilização dos termos Diocese e Bispado, ambos empregados para referenciar a existência de uma circunscrição territorial sob a autoridade de um bispo. A diocese do Maranhão foi criada através da bulla do Papa Innocencio XI Super universas orbis Ecclesias, de 30 de agosto de 1677, sendo desmembrada na Arquidiocese de São Salvador da Bahia e declarada suffraganea do Arcebispado de Lisboa. Pela bulla Romanorum Pontificum vigilantia do Papa Leão XIII, em 05 de junho de 1827, foi declarada sufragânea do Arcebispado da Bahia. No recorte em pauta, a diocese do Maranhão detinha os seguintes limites territoriais: limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com a Archidiocese da Bahia, a Leste com as Dioceses de Fortaleza e Olinda, e a Oeste com as de Belém do Pará e Goyaz (MEIRELLES, 1977).

No bispado do Maranhão, durante o império, o Seminário Eclesiástico de Santo Antônio fora criado através da Lei Provincial n.º 49, de 04/08/1837, cabendo ao Bispo D. Marcos Antônio de Sousa (1828/1842), deputado e presidente da Assembléia Provincial, aprovar-lhe o estatuto por portaria de 29/01/1838. Incluía em seu currículo o estudo de Latim, Filosofia, história, Retórica, Geografia, Teologia, Moral e Dogmática. Tempos depois, tendo em vista o Decreto Imperial n.º 3.073/1863, que uniformizou o ensino religioso no país, D. Luis da Conceição Saraiva (1852-1878) criou o Seminário de Nossa Senhora das Mercês que, de grau menor, se faria famoso como instituto de humanidades, aberto à comunidade; isso para que o de Santo Antônio, como Seminário maior⁵, ficasse destinado exclusivamente à formação do sacerdócio⁶ (SILVA, 1922).

A finalidade precípua do seminário, à maneira de uma instituição total, consistia em tentar moldar o corpo e a mente dos postulantes ao sacerdócio através de um conjunto de técnicas rituais de reforço da superioridade da instituição em relação aos seus membros, tais como a negação de qualquer singularidade em nome da construção do sentimento de uma “grande família”; técnicas de mortificação; o desapossamento do tempo e do espaço e a imposição da obediência incondicional (PINTO, 1996). Durante o longo período de formação, o seminarista era constantemente vigiado por seus superiores a fim de que suas ações e modos de pensamento estivessem o mais próximas possível do ideal de sacerdote elaborado pela instituição eclesiástica (AZZI, 1992). De maneira análoga aos quartéis, objetivava-se a uniformização das condutas, suprimindo e/ou diluindo as dimensões próprias da individualidade. Requisitava-se o espírito de sacrifício, a obediência, a humildade, a submissão aos superiores, a piedade e a pureza.

Realizado através do usufruto de um conjunto diversificado de técnicas simbólicas, a formação do clero era realizada através de instrumentos poderosos para controle do recrutamento, servindo simultaneamente para a inclusão de uns e a exclusão de outros. Nesse

⁵ Como explicitou Riolando Azzi (1992), de maneira geral, os seminários eram divididos em maiores e menores. Para o ingresso no seminário menor o aluno deveria ter concluído o curso elementar ou primário, correspondente, hoje, às quatro primeiras séries do primeiro grau. Durante o seminário menor, o aluno freqüentava as aulas do curso secundário ou ginasial, correspondente, hoje, ao período da quinta à oitava série do primeiro grau. A entrada ocorria, geralmente, aos 11 ou 12 anos de idade, sendo o aluno mantido em regime de internato. Os seminários maiores eram destinados a uma preparação mais específica para o sacerdócio.

⁶ Com efeito, a criação de várias instituições de ensino como os seminários de Nossa Senhora das Mercês e de Santo Antônio, bem como os collegios de Santa Thereza[□] e de Nossa Senhora d’Anunciação e Remédios[□] (MEIRELLES, 1977) indicam não somente (ou não simplesmente) que a Igreja penetrara no campo da instrução e educação (um mercado aberto), mas também que a mesma buscou consolidar um projeto educacional que objetivava a formação de cidadãos disciplinados e virtuosos que, além de incorporarem as noções aprendidas no espaço escolar, fossem capazes de promover a reprodução desse modelo no espaço social. A formação, detinha, por conseguinte, centralidade nos instrumentos de dominação simbólica em que investira a Igreja no Bispado.

sentido, em matéria de vocação, a linguagem oficial da igreja requisitava, através do emprego dessas estratégias, a necessidade dos futuros sacerdotes submeterem-se a exigências de toda ordem a fim de serem reconhecidos como aptos a adquirir efetivamente o *habitus sacerdotal* (SUAUD, 1975) que o seminário inculcaria através de todo um conjunto de disciplinamentos corporais presentes em rituais, tabus sexuais e no próprio processo de habilitação, em vista de uma integração ampla, geral e irrestrita ao grupo dos padres.

4. O processo de Ordenação Sacerdotal.

Antes da época prevista para a ordenação propriamente dita, o candidato deveria submeter-se a um processo canônico de investigação acerca de suas origens e costumes, dando origem às séries documentais chamadas de **Genere e Vita et Moribus**. Através deles, os bispados averiguavam se haviam registros de crimes do candidatos, razão pela qual se requisitavam folhas corridas e inquiriam-se várias testemunhas sobre a conduta e o perfil social do postulante. A princípio, o foco central dessas habilitações concentrava-se sobre a legitimidade de nascimento, a qualidade dos ascendentes e sobre a limpeza de sangue. A importância atribuída a esses aspectos era fundamental para classificação e desclassificação do indivíduo e de sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais garantindo assim a reprodução dos sistemas de dominação⁷.

Aprovado pelas autoridades eclesiásticas, depois de ouvidas as testemunhas convocadas, o futuro sacerdote teria de providenciar seu título de patrimônio, transferindo à propriedade eclesiástica um dado montante de capital sob a forma de terras, títulos da dívida pública, ações ou bens imóveis de outra raiz – donde advém os *autos de patrimônio*, no qual também eram inquiridas testemunhas (MICELI, 1988). As diligências com relação ao patrimônio apresentam-se, na realidade, como um critério de exclusão assentado sobre a posse de determinado bem, uma vez que, mesmo comprovados os “bons costumes, provada sciencia e idade competente”, nenhum clérigo secular seria admitido sem que estivesse de posse pacífica de um Benefício, Pensão ou Patrimônio.

⁷ Além disso, o julgamento eclesiástico se apoiava num conjunto de critérios difusos, nunca completamente explicitados, os quais recorriam a sistemas de classificação que estavam inscritos na linguagem ordinária, donde os interrogados poderiam compreender o emprego dos adjetivos: “herege”, “apóstata”, “incontinente”, “rixoso”, “inquieto”, “perturbador”... Pretendendo julgar as qualidades da pessoa através de um ideal de sacerdócio que se contraponha a esses adjetivos, denotando qualidades que seriam superiores como: “capacidade”, ser “de bons costumes, honesto e obediente aos seus superiores”, a classificação eclesiástica mascarava, sob um conjunto de palavras, um julgamento que era inseparavelmente social (SUAUD, 1975)

Tomado em conjunto, vê-se então que o processo de habilitação sacerdotal funcionava como um rito de instituição⁸, momento de passagem do ordenando para o corpo eclesial, e que operava um corte biográfico na vida dos agentes que a ele se submeteram. Como ato de autoridade autorizada, as investigações do processo de ordenação sacerdotal funcionavam como uma operação de magia social exercida através de uma linguagem de autoridade que visava dissimular as funções próprias de classificação social que eram, em si, anteriores ao próprio processo – perpassando o alongado processo de formação eclesial. A eficácia simbólica desse rito de consagração, de investidura, é o meio através do qual se visava sancionar uma transformação que residia tanto na modificação da representação que os demais agentes tivessem da pessoa, modificando os comportamentos em relação a ela (não é ao acaso que, tão logo ordenado, o recém presbítero faz uma celebração em seu lugar de origem, momento de publicização e instituição no círculo anterior de uma nova condição.), quanto da própria representação que a pessoa tinha de si mesma, incluído nisso todos os comportamentos exigidos para a completa adequação dos comportamentos, da *hexis corporal*, à representação.

5. Recrutamento e seleção de elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão.

Temos procurado na presente pesquisa, através dos repertórios biográficos disponíveis nos autos do processo de ordenação e de outros autos, tais como os de ordenação⁹, colação¹⁰ e oposição¹¹ (para falar de alguns deles), remontar as trajetórias de um conjunto bastante diversificado de agentes (com base em determinantes ligados à origem geográfica, familiar e social), suas respectivas trajetórias¹², e o espectro de posições e funções em torno do qual se modificava, organizava e estruturava a própria instituição eclesiástica no referido período.

⁸ Falar em rito de instituição, é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, ou melhor, operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço, como no caso da divisão entre os sexos por ocasião dos rituais de casamento (BOURDIEU, 1996, p. 98).

⁹ Consistiam em processos comprobatórios das habilitações para ordenação de padres.

¹⁰ Processos em que o padre, munido de Carta Régia de Apresentação requer ser colado (empossado) em um cargo e/ou função eclesiástica (Arceidiago, canonicato, Benefício na Catedral, vigário de Freguesia)

¹¹ Compostos pelos processos de propositura de padres a cargos vacantes (vagos) acompanhados de uma indicação das “virtudes” e “capacidades” que certificariam a sua escolha (auto-indicação e aprovação) como a mais indicada. Neles, o opositor ao cargo, i.e, aquele que deseja assumi-lo, deveria anexar desde a sua certidão de batismo, a conclusão dos autos do processo de habilitação (Gêner, Vita e moribus e Patrimônio) como também destacar as experiências que tivera, por exemplo, na ocupação de outros cargos.

¹² Como destacara Mário Grynspan (1990, p. 74.75), “O exame das trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximiza-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas locomovem ou as abandonam”.

Através do enfoque sobre a quase totalidade dos padres ordenados no bispado dentro do recorte em pauta, aproximadamente 127, objetiva-se oferecer uma visão da Igreja que não seja unilateral, centrada exclusivamente sobre os recursos detidos pelos agentes em posição dominante na esfera religiosa, mas, através da tentativa de analisar o conjunto das posições ocupadas, evidenciar com maior clareza a definição das hierarquias vigentes nesse momento.

Em outras palavras, pode-se definir em melhores condições quais são os recursos necessários para a ocupação dos altos postos na hierarquia da instituição católica, ou ainda, que tipos de trunfos separam dominantes e dominados no universo católico, por exemplo, membros do episcopado, superiores de ordens, congregações e institutos religiosos, teólogos e diretores de centros universitários, de um lado, e párocos, vigários, frades e pequenos administradores dedicados à gestão ordinária de suas circunscrições, de outro (SEIDL, 2008, p. 21).

Além disso, procura-se entender que maneira essas dimensões interagem e elucidam a produção de discursos por esses mesmos agentes. Enseja-se, pois, discutir aspectos da história social e cultural de um conjunto de debates polêmicos dos quais participaram membros do clero¹³, a fim de compreender a lógica social subjacente à existência dos debates, a gênese social das figuras que deles participaram, suas interpretações e seus objetos. Teremos então a oportunidade de verificar como os agentes religiosos participaram, naquele momento, de concorrências engajadas, com todos aqueles que exerciam direta ou indiretamente um tal poder simbólico, de imposição de uma visão de mundo e notadamente clérigos ou leigos, os intelectuais leigos, católicos ou não, cujos trabalhos poderiam ter uma eficácia social (SEIDL, 2003; BOURDIEU & SAINT-MARTIN, 1987, p.32).

6. Conclusão

O desafio de estudar os mecanismos de seleção e recrutamento eclesiásticos durante um período relativamente extenso (segunda metade do século XIX), tendo a pretensão de distinguir-se do trabalho apologético empenhado no trabalho da preservação e cristalização da memória corporativa, tem sido conduzido através de algumas questões: Em que condições histórico-sociais realizaram-se as trajetórias dos membros da hierarquia eclesiástica no período em pauta? Que propriedades e recursos sociais e culturais foram empregados na composição das carreiras religiosas, estando na base da produção desse grupo profissional?

¹³ Com esse fito, selecionamos três conjuntos de polêmicas ocorridas em São Luis no período: 1) a primeira, que colocou em debate o padre Raimundo Alves da Fonseca e Celso Magalhães, ocorrido em 1876, decorrente da publicação do Drama de Rangel Sampaio, intitulado Evangelho e Syllabus; a segunda, que ficou conhecida como a polêmica de Tobias Barreto contra os padres do Maranhão, título do conhecido trabalho de Josué Montello e 3) a polêmica entre o jornal o Pensador (1880-1883) e o jornal Civilização (1880-1890), cuja análise já fora iniciada no trabalho monográfico (NERIS, 2003).

De que maneira essas dimensões interagem e elucidam a produção de discursos por esses mesmos agentes?

Importa ao pesquisador evidenciar as operações de classificação que subjazem à formação clerical e às categorias do processo de ordenação (constituindo um lócus privilegiado para revelar os princípios organizadores do sistema de recrutamento e seleção eclesiásticos no Bispado do Maranhão da segunda metade do século XIX¹⁴), sem esquecer, no entanto, que a compreensão dessas dimensões oferece apenas uma aproximação parcial com relação às experiências, estratégias e trajetórias dos seus agentes.

Isso ocorre, sem dúvida, por que podemos oferecer somente uma idéia bem parcial acerca das incontáveis teias de ações e sentidos em que os agentes investiram seus interesses específicos, totalmente estranhos, e as maneiras através das quais estes convergiram em direção a uma intencionalidade para a qual todos concorreram (no duplo sentido de disputar e direcionar-se). Nesse sentido, como bem salientara Pierre Bourdieu (1996), a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus ocupantes, se geram as vontades e no qual se define e redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos efeitos sociais previstos e imprevistos.

Bibliografia.

- AZZI, Riolando. **O clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas.** Brasília: SER, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. & SAINT-MARTIN, Monique. de. “**La sainte famille: l’épiscopat français dans le camp du pouvoir**”. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nov. 1987, p. 02-53.
- _____. **A Economia das Trocas Linguísticas.** São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** 2ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Sumará, 1996.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Grandes Famílias e Elite ‘profissional’ na medicina no Brasil.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, III (3), 425-466, Nov-Feb. 1997.
- GRYNSPAN, Mário. **Os idiomas da patronagem.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 14 (05), out., 1990.
- MEIRELLES, Mário Martins. **História da Arquidiocese de São Luis do Maranhão.** São Luis: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977.

¹⁴ É através desses recursos que se operava uma seleção particularmente severa que pretendia assegurar a competência pessoal dos escolhidos e, com ela, a própria raridade do sacerdócio, evitando um fluxo excessivo em seu mercado. Isto é, desde que estejamos em condições de reconhecer que o conjunto de postos ocupados pelos padres da igreja, um ramo da administração pública, constituía, na realidade, um mercado do trabalho religioso. A este respeito ver também: Charles Suaud (1974, p. 78-79).

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

NERIS, Wheriston Silva. **A Civilização Católica**: o movimento reformador católico através da educação e da imprensa na São Luis oitocentista. Monografia de conclusão de curso de História, UFMA, 2007.

PINTO, Louis. “**Experiência vivida e exigência científica de objetividade**”. In: Iniciação à prática sociológica, Petrópolis, Vozes, 1996.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Entrando no mundo da igreja: o estudo das elites eclesiásticas. In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas considerações recentes. Odaci Luiz Coradini (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SILVA, D. Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão**. Bahia: Typographia de São Francisco, 1922.

SUAUD, Charles. **Contribution à une sociologia de la vocation**: destin religieux et projet scolaire. Revue française de sociologia, Année 1974, Volume 15, Número 1.

_____. **L'imposition de la vocation sacerdotale**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. Année, 1975, Volume 1, Número 3.